

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.728	37.219
Contas a receber de clientes e outros	5	4.661	3.902
Títulos e valores mobiliários	6	2.673	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	757	141
Estoques		214	214
Despesas pagas antecipadamente		104	47
Serviços em curso		535	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	8	27.064	26.098
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>70.736</u>	<u>67.621</u>
NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições a recuperar	7	20	-
Coligadas e controladas	18	4.258	2.322
Depositos judiciais		6	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	8	17.483	14.933
Investimentos		101	101
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>21.868</u>	<u>17.356</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>92.604</u>	<u>84.977</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		131	2.485
Empréstimos e financiamentos	9	258	-
Salários e encargos a pagar		-	126
Taxas regulamentares	10	832	650
Impostos e contribuições a recolher	7	1.027	830
Dividendos e juros sobre o capital próprio	11	5.041	4.519
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>7.289</u>	<u>8.610</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	9	3.991	-
Taxas regulamentares	10	67	22
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>4.058</u>	<u>22</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	63.085	63.085
Reservas de lucro		3.094	2.036
Proposta de distribuição de dividendos adicional		15.078	11.224
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>81.257</u>	<u>76.345</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>92.604</u>	<u>84.977</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
RECEITA BRUTA	13	38.525	36.820
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	14	(6.517)	(5.045)
RECEITA LÍQUIDA		32.008	31.775
CUSTO DO SERVIÇO	15	(10.939)	(11.917)
LUCRO BRUTO		21.069	19.858
Despesas gerais e administrativas	15	(659)	(571)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		20.410	19.287
Receita financeira	16	3.937	1.797
Despesa financeira	17	(558)	(370)
LUCRO ANTES DO IMPOSTOS		23.789	20.714
Imposto de renda e contribuição social		(2.627)	(1.687)
Corrente		(2.627)	(1.687)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		21.162	19.027
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO			
DO CAPITAL - R\$			
Ordinária		0,34	0,30

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
 (Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros			Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva Legal	Lucros Acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	63.085	1.085	(2.333)	7.900	69.737
Lucro líquido do exercício			19.027		19.027
Aprovação da proposta de dividendos				(7.900)	(7.900)
Destinações:					
Reserva Legal		951	(951)		-
Dividendos obrigatórios			(4.519)		(4.519)
Dividendos adicionais propostos			(11.224)	11.224	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	63.085	2.036	-	11.224	76.345
Lucro líquido do exercício			21.162		21.162
Aprovação da proposta de dividendos				(11.224)	(11.224)
Destinações:					
Reserva Legal		1.058	(1.058)		-
Dividendos obrigatórios			(5.026)		(5.026)
Dividendos adicionais propostos			(15.078)	15.078	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	63.085	3.094	-	15.078	81.257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
 (Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro Líquido do Período (Antes dos Impostos)	23.789	20.714
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	180	-
	<u>23.969</u>	<u>20.714</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(759)	1.727
Impostos e contribuições a recuperar	(636)	(141)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	2.426
Depósitos judiciais	(6)	-
Despesas pagas antecipadamente	(57)	(47)
Coligadas e controladas	(1.936)	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	1.707	-
Outros ativos	(535)	(2.289)
	<u>(2.222)</u>	<u>1.676</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(2.354)	2.485
Salários e encargos a pagar	(126)	323
Encargos de dívidas e swap pagos	(141)	-
Taxas regulamentares	227	506
Impostos e contribuições a recolher	(2.430)	(1.224)
Coligadas e controladas	-	(401)
	<u>(4.824)</u>	<u>1.689</u>
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>16.923</u>	<u>24.079</u>
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	4.210	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(15.728)	(8.868)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(11.518)</u>	<u>(8.868)</u>
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(5.223)	(6.006)
Títulos e valores mobiliários	(2.673)	-
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(7.896)</u>	<u>(6.006)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>(2.491)</u>	<u>9.205</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	37.219	28.014
Caixa e equivalentes no final do exercício	34.728	37.219
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>(2.491)</u>	<u>9.205</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
 (Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	38.525	36.820
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	(2)	-
	38.523	36.820
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(11.531)	(10.196)
	(11.531)	(10.196)
Valor adicionado bruto	26.992	26.624
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.937	1.797
	3.937	1.797
Valor adicionado total a distribuir	30.929	28.421
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	-	967
Encargos sociais (exceto INSS)	-	79
Entidade de previdência privada	-	25
Auxílio alimentação	-	19
Convênio assistencial e outros benefícios	-	66
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	17
Férias e 13º salário	-	190
Plano de saúde	-	76
Participação no resultado	-	249
Outros	-	110
Subtotal	-	1.798
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	-	326
PIS/COFINS sobre faturamento	1.279	1.286
Imposto de renda e contribuição social	2.627	1.687
Obrigações intra-setoriais	5.238	3.927
Outros	59	-
Subtotal	9.203	7.226
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	558	370
Aluguéis	6	-
Subtotal	564	370
Remuneração de Capitais Próprios		
Dividendos distribuídos	5.026	4.519
Dividendos propostos	15.078	11.224
Lucro retido (Reserva Legal)	1.058	951
Lucro / Prejuízos	-	2.333
Subtotal	21.162	19.027
Valor adicionado distribuído	30.929	28.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
BALANÇOS SOCIAIS – INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - BASE DE CÁLCULO

	2011	2010
	R\$ mil	R\$ mil
Receita Líquida (RL)	32.008	31.775
Resultado Operacional (RO)	20.410	19.287
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	0	1.798
Valor Adicionado Total (VAT)	30.929	28.421

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1)

	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	-	0,00	0,00	0,00	20	1,11	0,06	0,07
Encargos sociais compulsórios	-	0,00	0,00	0,00	367	20,41	1,15	1,29
Previdência privada	-	0,00	0,00	0,00	25	1,39	0,08	0,09
Saúde	-	0,00	0,00	0,00	77	4,28	0,24	0,27
Transporte	8	0,00	0,02	0,03	27	1,50	0,08	0,10
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00	0,00	0,00	249	13,85	0,78	0,88
Total - Indicadores sociais internos	8	0,00	0,02	0,03	765	42,54	2,39	2,70

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	536	2,63	1,67	1,73	-	0,00	0,00	0,00
Outros	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Total das Contribuições para a Sociedade	536	2,63	1,67	1,73	0	0,00	0,00	0,00
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	3.904	19,13	12,20	12,62	1.286	6,67	4,05	4,52
Total - Indicadores sociais externos	4.440	21,75	13,87	14,35	1.286	6,67	4,05	4,52

4 - INDICADORES AMBIENTAIS

	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
<u>Investimentos relacionados com a operação da empresa</u>								
Total dos investimentos relacionados com a operação da empresa	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
<u>Investimento em programas e/ou projetos externos</u>								
Total dos investimento em programas e/ou projetos externos	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Total dos investimentos em meio ambiente	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00

Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade
 Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativamente e/ou judicialmente
 Passivos e contingências ambientais.

0

0

0

0

0

0

Quanto ao estabelecimento de **metas anuais** para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:

(x) Não possui Metas, () Cumpre de 0 a 50%, () Cumpre de 51 a 75%,
 () Cumpre de 76 a 100%

(x) Não possui Metas, () Cumpre de 0 a 50%, () Cumpre de 51 a 75%,
 () Cumpre de 76 a 100%

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
BALANÇOS SOCIAIS – INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2011	2010
Nº de empregados(as) ao final do período	0	12
Nº de admissões durante o período	0	1
Nº de desligamentos durante o período	0	1
Nº de empregados(as) terceirizados (1)	0	0
Nº de estagiários(as) (1)	0	0
Nº de empregados acima de 45 anos	0	1
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:		
menores de 18 anos	0	0
de 18 a 35 anos	0	5
de 36 a 60 anos	0	7
acima de 60 anos	0	0
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:		
analfabetos	0	0
com ensino fundamental	0	0
com ensino médio	0	0
com ensino técnico	0	0
com ensino superior	0	12
pós- graduados	0	0
Nº de empregados por sexo:		
homens	0	12
mulheres	0	0
% de cargos de chefia por sexo:		
homens	0%	100%
mulheres	0%	0%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	0	4
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%	0%
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (1)	0	0
Remuneração bruta segregada por:		
Empregados	0	496
Administradores	0	0
Terceirizados	0	0
Autônomos	0	0
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2011	2010
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	0	
Nº total de acidentes de trabalho	0	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados (as)	() direção (X) direção e gerências () todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências () todos(as) empregados (as)	(X) direção e gerências () todos(as) empregados (as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados (as)	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências () todos(as) empregados (as)	() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve () apóia () organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
Contencioso Cível:	2011	2010
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):		
na empresa	0	0
no procon	0	0
na justiça	0	0
% das reclamações e críticas solucionadas:		
na empresa	0%	0%
no procon	0%	0%
na justiça	0%	0%
Observações:		
(1) - Os valores que compõem os indicadores sociais internos abrangem os colaboradores e os administradores. Não possuímos os valores de terceirizados e autônomos.		
(2) - O aumento do número de reclamações e críticas de consumidores se deu em função da implantação de um novo sistema comercial - SAPI/CCS		
(3) - A diferença no valor dispendido para o Programa de Eficiência Energética da Coelba no ano de 2010 em relação a 2009 foi devido ao incremento no projeto de doação de geladeiras		
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2011: 30.929	Em 2010: 26.421
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	29,76% governo 0,00% colaboradores(a) 68,42% acionistas 1,82% terceiros 0% Reserva SUDENE 0%Retido	25,42% governo 6,33% colaboradores(a) 66,95% acionistas 1,30% terceiros 0% Reserva SUDENE 0%Retido

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Afluente-T” ou “Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A, foi constituída em 18 de agosto de 2008, originalmente sob a denominação de Imanisse Participações S.A., com o único objetivo social de participar em outras sociedades na condição de acionista ou quotista.

Em 15 de janeiro de 2009 a Afluente Geração de Energia S.A. (“Afluente-G”), anteriormente denominada Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A., celebrou Protocolo de Justificação de Cisão Parcial, com o objetivo de efetuar a segregação das suas atividades de geração e transmissão de energia elétrica (“Reestruturação Societária”), anteriormente exercidas integralmente pela companhia cindida. A cisão parcial e a conseqüente incorporação da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Afluente-T teve como referência 30 de novembro de 2008, e esteve sujeita à obtenção de prévia aprovação da Reestruturação Societária pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), antes da qual todos os seus efeitos permaneceram suspensos.

No dia 1º de dezembro de 2009 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa n.º 2.219, anuiu a transferência das concessões de transmissão da Afluente-G, sendo necessária a elaboração de novo laudo de avaliação contemplando a atualização dos valores a serem vertidos para a Afluente-T, em decorrência das variações patrimoniais entre a data de referência da cisão parcial (30 de novembro de 2008) e a data do evento societário que aprovou a cisão.

Em 29 de dezembro de 2009 as Assembléias Gerais Extraordinárias da Afluente-G e da Afluente-T aprovaram o Protocolo de Justificação de Cisão Parcial, o aumento do capital social da Afluente-T em R\$ 63.085, em virtude do acervo líquido vertido deduzido das parcelas de reserva legal no montante de R\$ 1.085, e o novo objeto social da Companhia em virtude da cisão parcial.

Atualmente a Companhia tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

O Protocolo de Justificação de Cisão Parcial da Afluente-G determinou que todas as variações patrimoniais posteriores à data-base da cisão parcial fossem diretamente alocadas e/ou apropriadas à Afluente-G ou à Afluente-T, conforme digam respeito, respectivamente às atividades de geração ou transmissão de energia elétrica. Consequentemente, em 21 de janeiro de 2010 foi emitido Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Afluente-G na data-base 29 de dezembro de 2009, detalhando o patrimônio líquido contábil da Afluente-G antes e após a cisão parcial dos seus ativos e passivos para a Afluente-T, bem como as variações patrimoniais posteriores à data-base da cisão parcial, após aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pela Administração da companhia cindida. O acervo líquido incorporado pela Afluente-T em 29 de dezembro de 2009 foi de R\$ 64.170 (R\$ 69.737 com os impactos de ajuste de implementação inicial de IFRS).

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Adicionalmente, conforme comentado na nota 3, os efeitos decorrentes da adoção do novo conjunto de pronunciamentos contábeis sobre os ativos e passivos de transmissão de energia foram contabilizados no balanço de abertura da Afluente G em 1º de janeiro de 2009. Os impactos produzidos sobre a parcela cindida e vertida a Companhia em 29 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 5.567 foram contabilizados a título de complemento de cisão e estão apresentados para fins comparativos no primeiro balanço patrimonial levantado pela Companhia em 31 de dezembro de 2009.

A administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 07 de fevereiro de 2012.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 – Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para contingência e realização de impostos e contribuições sociais diferidos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.2 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 – Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita de concessão:

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. (vide nota 8)

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Receita financeira de concessão

A receita financeira de concessão corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP). (vide nota 8)

b) Receita de Juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2.4 – Imposto de renda e contribuição social correntes

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

2.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 – Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, concessão de serviço público e outros créditos.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A apropriação no resultado ocorre pelo método de juros efetivos incluído na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

2.8 – Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da disponibilização do uso das linhas de transmissão, e conexão ao Sistema de Transmissão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9 – Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.10 – Recebíveis de concessão de serviço público

Refere-se ao direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente ou indiretamente, através da receita anual permitida (RAP) e da parcela de indenização do poder concedente ao final da concessão, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. O ativo financeiro é remunerado pela taxa interna de retorno do projeto que foi utilizada para desconto a valor presente do fluxo esperado de recursos incondicionais a serem recebidos ao longo da concessão e da parcela da indenização a ser recebida no retorno dos ativos ao poder concedente.

Os ativos financeiros estão classificados como contas a receber (Recebíveis de Concessão de Serviços Públicos) e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, utilizado para a apuração da taxa interna de retorno do projeto. Conforme previsto no CPC 38 – Reconhecimento e mensuração.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos. A próxima revisão tarifária esta prevista para 2015.

2.11 – Investimentos

Representam quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.12 – Taxas Regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.13 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º. da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.14 – Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

3. PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS REVISADOS PELO CPC EM 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM Nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM Nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM Nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM Nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/11	31/12/10
Caixa e Depósitos bancários à vista	66	56
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	31
Fundos de investimento	34.662	37.132
	<u>34.728</u>	<u>37.219</u>

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em títulos do tesouro, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 90% a 106%.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	31/12/11	31/12/10
Títulos a receber - partes relacionadas	2.535	1.495
Títulos a receber	2.126	2.407
Total	<u>4.661</u>	<u>3.902</u>

Referem-se principalmente ao serviço de transmissão cobrado através da Receita Anual Permitida (RAP); Contrato de Conexão ao sistema de transmissão com a Coelba e Acordo Operativo referente à prestação de serviço de manutenção na UHE Itapebi.

A composição dos prazos de vencimento:

	Saldos	Vencidos		Total	
	Vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/11	31/12/10
Setor Público	782	-	-	782	702
Setor Privado	2.770	337	772	3.879	3.200
Total	<u>3.552</u>	<u>337</u>	<u>772</u>	<u>4.661</u>	<u>3.902</u>

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/11	31/12/10
Disponíveis para venda					
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(*)	CDI	2.673	-
Total				2.673	-

(*) diversos vencimentos

Corresponde às aplicações no Fundo BB Polo, que não possuem condição de resgate antecipado.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

- Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	156	22
Contribuição Social - CSLL	(a)	1	13
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	388	-
Programa de Integração Social - PIS	(c)	9	7
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	40	33
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		163	66
		757	141
Não-Circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	20	-
		20	-
Total		777	141

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) Corresponde principalmente ao ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000.

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº. 27/2008.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

• Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/11	31/12/10
Circulante		
Imposto de Renda - IR	377	305
Contribuição Social - CSLL	217	188
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	40	-
Programa de Integração Social - PIS	32	22
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	98	102
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	71	-
Imposto sobre Serviços - ISS	155	173
Outros	37	40
Total	1.027	830

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Ref.	31/12/11		31/12/10	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	23.789	23.789	20.714	20.714
Ajustes decorrentes do RTT	-	-	297	297
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	23.789	23.789	21.011	21.011
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	5.947	2.141	5.253	1.891
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Subtotal Adições	-	-	-	-
(-) Exclusões				
Efeito Regime Lucro Presumido	(4.107)	(1.354)	(4.107)	(1.350)
Subtotal Exclusões	(4.107)	(1.354)	(4.107)	(1.350)
Imposto de renda e contribuição social no período	1.840	787	1.146	541

(a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

8. RECEBÍVEIS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (INDENIZAÇÃO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

(b) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

(c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.

(d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

	Ref	31/12/11	31/12/10
Recebíveis	(1)	44.545	41.029
Indenização	(2)	2	2
Total		<u>44.547</u>	<u>41.031</u>
Circulante		27.064	26.098
Não Circulante		17.483	14.933

(1) Valores de fluxo de caixa futuros projetados descontados a taxa interna de retorno do projeto de parcelas tarifárias correspondentes à remuneração pela infraestrutura (RAP).

(2) Parcela de valores residual de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão.

A movimentação dos saldos é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	41.031
Adições	5.223
Amortização/Reversão	(25.505)
Atualização Monetária / Valor Justo	<u>23.798</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>44.547</u>

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa	Encargos	Principal		Total	
Composição da dívida	Efetiva	Circulante	Circulante	Não Circulante	31/12/11	31/12/10
Moeda nacional						
Banco do Brasil	Prefixada 4,50% aa	39	219	3.991	4.249	-
Total		39	219	3.991	4.249	-

O financiamento com o Banco do Brasil com recursos do BNDES (FINAME) foi adquirido para a aquisição da Subestação de Energia de 230/69KV em Afluente T e está sendo amortizado em 96 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de Agosto de 2012 a 15 de julho de 2020. A remuneração é baseada na taxa pré-fixada de 4,50% a.a. Os juros durante a carência são exigidos trimestralmente do período de 31 de Agosto de 2010 a 16 de julho de 2012 sendo de um total de 7 parcelas.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	<u>31/12/11</u>
	Total
	<u>Líquido</u>
2013	526
2014	526
2015	526
2016	526
Após 2016	1.887
Total	<u>3.991</u>

A mutação de empréstimos e financiamentos, os quais são integralmente denominados em moeda nacional, está como segue:

	<u>Moeda nacional</u>		
	<u>Passivo</u>	<u>Não</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	-	-
Ingressos	-	4.210	4.210
Encargos	180	-	180
Transferências	219	(219)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(141)	-	(141)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>258</u>	<u>3.991</u>	<u>4.249</u>

10. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>Ref.</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Reserva Global de Reversão – RGR		75	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		21	17
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		-	4
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	794	636
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		9	15
Total		<u>899</u>	<u>672</u>
Circulante		832	650
Não Circulante		67	22

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), com o objetivo de serem aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008 e 316/2008.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

11.DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração e/ou Assembléia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos intermediários e propostos, e juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<u>2011</u>					
AGO/E de 29 de abril de 2011	Dividendos 2010	15.744	0,2495649451	-	-
		<u>15.744</u>			
<u>2010</u>					
AGO/E de 30 de abril de 2010	Dividendos 2009 (*)	11.198	0,5768736639	0,5768736639	0,6345610303
		<u>11.198</u>			

(*) Os dividendos adicionais propostos pela Afluente G no montante de R\$ 11.198, foram aprovados pela Assembléia Geral Ordinária daquela Companhia em 30 de abril de 2010. Desde montante, o saldo de R\$ 7.900, foram vertidos a Afluente T a título de dividendo adicional ao mínimo, juntamente com a parcela de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 968.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido</u>		
Ações ordinárias	63.085	63.085
Total	<u>63.085</u>	<u>63.085</u>
<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</u>		
Lucro líquido do exercício	21.162	19.027
Constituição da reserva legal	(1.058)	(951)
Base de cálculo do dividendo	<u>20.104</u>	<u>18.076</u>
<u>Dividendos mínimos obrigatórios</u>	<u>5.026</u>	<u>4.519</u>

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.519
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Declarados	16.250
Pagos no período	<u>(15.728)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>5.041</u>

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 63.085, dividido em 63.085 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social realizado segregado pelos principais acionistas da Companhia é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (em Mil)	
	Ações Ordinárias	
	Única	%
Neoenergia S.A.	55.416	87,8
Iberdrola Energia S.A.	5.361	8,5
PREVI	1.446	2,3
Outros	862	1,4
Total	63.085	100,0

Acionistas	R\$ (em Mil)	
	Ações Ordinárias	
	Única	%
Neoenergia S.A.	55.416	87,8
Iberdrola Energia S.A.	5.361	8,5
PREVI	1.446	2,3
Outros	862	1,4
Total	63.085	100,0

Reservas de Lucros

a) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

13. RECEITA BRUTA

A Composição da receita bruta é a seguinte:

	31/12/11	31/12/10
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	6.669	6.983
Receita de Concessão	23.798	22.915
Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão	5.223	6.006
Outras Receitas	2.835	916
Total	38.525	36.820

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

14. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

	31/12/11	31/12/10
IMPOSTOS:		
PIS	(229)	(229)
COFINS	(1.050)	(1.057)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(899)	(1.243)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(345)	(265)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(2.473)	(1.484)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(803)	(767)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(718)	-
Total	<u>(6.517)</u>	<u>(5.045)</u>

15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/11	31/12/10
	Despesas Gerais	
	e	
	Custos de Bens e	
	Serviços Vendidos	Total
Pessoal	-	(1.989)
Entidade de previdência privada	-	(25)
Material	(60)	(39)
Serviços de terceiros	(5.289)	(3.685)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(191)	(168)
Arrendamentos e aluguéis	(3)	(110)
Tributos	(10)	(20)
Custo de construção da infraestrutura da Concessão	(5.223)	(6.006)
Outros	(163)	(446)
Total custos / despesas	<u>(10.939)</u>	<u>(12.488)</u>

16. RECEITA FINANCEIRA

Receita Financeira	31/12/11	31/12/10
Renda de aplicações financeiras	3.927	1.797
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	10	-
Total	<u>3.937</u>	<u>1.797</u>

17. DESPESA FINANCEIRA

Despesa Financeira	31/12/11	31/12/10
Encargos de dívida	(180)	-
Variação cambial	(67)	-
Outras despesas financeiras	(311)	(370)
Total	<u>(558)</u>	<u>(370)</u>

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

18. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Operação	31/12/11			31/12/10		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	4.415	-	-	3.968	-
			-	4.415	-	-	3.968	-
Iberdrola Energia S.A.		Dividendos	-	427	-	-	384	-
			-	427	-	-	384	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	115	-	-	104	-
			-	115	-	-	104	-
Coelba	a)	Uso da Rede	1.178	-	9.555	918	-	8.358
	b)	Outras	-	-	23	-	-	-
			1.178	-	9.578	918	-	8.358
Celpe	a)	Uso da Rede	26	-	240	27	-	(278)
			26	-	240	27	-	(278)
Cosern	a)	Uso da Rede	8	-	93	10	-	(110)
			8	-	93	10	-	(110)
Termopernambuco	a)	Uso da Rede	6	-	60	8	-	-
			6	-	60	8	-	-
Itapebi		Prestação de serviço	1.309	-	-	-	-	-
	a)	Uso da Rede	5	-	52	532	-	68
	b)	Outras	1.922	-	893	-	-	893
			3.236	-	945	532	-	961
Neoenergia Serviços		Prestação de serviço	-	-	(4.148)	-	-	-
			-	-	(4.148)	-	-	-
Baguari I	a)	Uso da Rede	-	-	4	-	-	-
			-	-	4	-	-	-
Afluente Geração	b)	Outras	2.336	-	-	2.322	-	-
			2.336	-	-	2.322	-	-
Energética Águas da Pedra		Uso da Rede	3	-	22	-	-	-
			3	-	22	-	-	-

(a) Cobrança autorizada pela ONS contra empresas relacionadas correspondente à RAP (Receita Anual Permitida).

(b) Cobrança de gastos com pessoal cedido ou tomado com empresas do grupo.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não mantém contratos derivativos.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e Equivalentes de caixa – são classificados como ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores justos.
- Contas a receber de clientes e Concessão de serviços públicos – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures – o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em transmissão de energia, com custos subsidiados, com taxas pré-fixadas.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	31/12/11		31/12/10	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	34.728	34.728	37.219	37.219
Títulos e valores mobiliários	2.673	2.673	-	-
Contas a receber de clientes e outros	4.661	4.661	3.902	3.902
Concessão de serviços públicos	44.547	44.547	41.031	41.031
Passivo				
Fornecedores	(131)	(131)	(2.485)	(2.485)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(4.249)	(4.249)	-	-

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Fatores de Risco:

- Riscos financeiros

✓ Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco de taxas de juros, demonstrando o efeito no resultado das variações nos cenários:

	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
<hr/>			
31/12/2011			
Ativos Financeiros			
CDI	(83)	(309)	(309)
<hr/>			
31/12/2010			
Ativos Financeiros			
CDI	99	367	367

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

- Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores relativos ao fornecimento da energia gerada. Este risco é reduzido em função da Companhia manter contratos de fornecimentos de energia com empresas sólidas, sendo seu principal cliente uma empresa relacionada.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

20. SEGUROS

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual, conforme mencionado anteriormente, foi determinada unicamente pela Administração da Companhia.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir (Nesta nota valores apresentados em Reais – R\$):

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2011 a 08/10/2012	51.000.000	109.635
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2011 a 08/10/2012	5.000.000	6.370
Veículos	08/10/2011 a 08/10/2012	100% Tabela FIPE	3.061

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados – subestações e usinas – pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra danos elétricos.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O limite máximo de indenização – LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral é de R\$ 5.000.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento. O limite máximo de indenização – LMI contratado faz parte de uma apólice de seguro coletiva para todas as transmissoras do grupo Neoenergia.